



III FÓRUM GAEPE
ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ
**Colaboração intersetorial pela
educação marajoara**

Realização



Articule



GAEPE
ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

TCMPA
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ

III PACTO PELA TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

As peculiaridades do Arquipélago do Marajó, notadamente no que se refere às suas especificidades geográficas, climáticas, culturais e econômicas, e a enorme desigualdade que se reflete em baixíssimos Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), evidenciam a importância de ações articuladas nos níveis federal, estadual e municipal, com a finalidade não apenas de impulsionar mudanças voltadas à garantia dos direitos de todos que vivem naquela região, mas também de lhes garantir um futuro com mais oportunidades.

Diante desse cenário, o Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA) iniciou em 2021, sob a coordenação do Conselheiro Cezar Leão Colares, Relator das Contas dos municípios do Marajó no quadriênio 2021-2024, auxiliado pela Conselheira Substituta Adriana Cristina Dias Oliveira, o projeto “Fortalecimento da Educação dos Municípios do Pará - Etapa Marajó”. No decorrer do projeto, a equipe técnica do TCMPA percorreu todos os municípios do Marajó para levantamento in loco da realidade da rede municipal de ensino.

Em junho de 2022 foram divulgados os 17 relatórios municipais e um relatório consolidado do Marajó apontando os desafios encontrados na educação. Na ocasião, para apoiar os gestores municipais na construção das soluções para mudar essa realidade, foi criado o Gabinete de Articulação pela Efetividade da Política da Educação no Arquipélago do Marajó (Gaepe Arquipélago do Marajó), governança idealizada pelo Instituto Articule e realizada em parceria com Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB), que além do Marajó está presente em quatro estados (Rondônia, Goiás, Mato Grosso e Piauí) e em âmbito nacional (Gaepe Brasil).

Desde sua criação, o Gaepe Arquipélago do Marajó tem atuado para enfrentar os desafios históricos e estruturais da educação na região. Um marco importante foi o I Fórum Gaepe Arquipélago Marajó: Uma Agenda Comum pela Transformação do Marajó, no qual foi firmado Pacto pela Transformação Educacional no Marajó com 16 compromissos estratégicos para o fortalecimento da educação local.

Com base nesses compromissos, foram intensificadas ações como a Busca Ativa Escolar, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que, em 2024, garantiu a matrícula de mais de 5.000 estudantes, e criado o Grupo de trabalho de Conectividade, coordenado pelo Ministério da Educação, com a participação do Ministério das Comunicações e do Ministério de Minas e Energia, para priorizar a eletrificação e a conectividade nas escolas do arquipélago.

Outra importante ação concebida foi a realização da primeira fase do Projeto FNDE Chegando Junto, criado com o objetivo de levar, de forma integrada, intensiva e prioritária, todos os programas e ações desenvolvidos pela autarquia federal na região do Marajó.

Em articulação com o Ministério da Educação e o Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará (UFPA), foi concebido um curso de formação continuada para professores de turmas multisseriadas, cuja solenidade de abertura ocorreu no primeiro dia do II Fórum.



III FÓRUM GAEPE
ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ
**Colaboração intersetorial pela
educação marajoara**

Realização



Articule



GAEPE
ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ

TCMPA
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
DO ESTADO DO PARÁ

Em parceria com o Habitat para a Humanidade Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), foi dada continuidade ao projeto de saneamento básico nas escolas. Essas ações integradas e contínuas refletem o comprometimento do Gaepe Arquipélago do Marajó com uma transformação profunda da educação marajoara, consolidando uma base sólida para um sistema educacional inclusivo e de qualidade, adaptado às necessidades e especificidades locais.

No quadriênio 2025-2028, com a mudança de relatoria dos municípios do arquipélago no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará, sob a condução das Conselheiras Ann Pontes e Mara Lúcia, o Gaepe Arquipélago do Marajó inaugurou seu segundo ciclo de atuação com a assinatura, em 9 de junho de 2025, do Pacto Interinstitucional pela Educação no Arquipélago do Marajó 2025–2028, marco político-institucional que reforça a governança e a articulação interinstitucional voltadas ao enfrentamento dos desafios estruturais da educação na região, reafirmando o Gaepe Arquipélago do Marajó como espaço permanente de coordenação técnica, diálogo interinstitucional e pactuação de ações colaborativas para a superação dos desafios educacionais do território, em documento subscrito por 47 entidades.

A construção do Planejamento Regional Intersetorial de Educação do Marajó consolidou-se como um dos eixos centrais desse processo, sendo desenvolvida em cooperação com a Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação. A iniciativa envolveu a realização de oficinas presenciais, a mobilização intersetorial dos municípios e a organização do trabalho por polos regionais, contribuindo para o fortalecimento de uma abordagem integrada do planejamento educacional no território.

Também avançaram frentes como a regularização de pendências para acesso a recursos federais no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a conectividade e a eletrificação das escolas, a formação docente para turmas multisseriadas, a retomada de obras da educação básica e as ações do Selo UNICEF 2025–2028.

Este III Fórum reforça a educação como o principal motor de transformação social e econômica da região, com ações coordenadas que contemplem a construção de uma educação pública de qualidade para todos, desde a educação infantil até o ensino médio.

Em face disso, e com base nas propostas e discussões ocorridas durante a realização do III Fórum Gaepe Arquipélago do Marajó, foram definidos os seguintes compromissos:

1. O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE), apoiará a operacionalização das iniciativas para a implementação do Planejamento Regional Intersetorial de Educação do Marajó.
2. O Ministério da Educação, por meio da SASE, promoverá a articulação dos Ministérios da Saúde, dos Direitos Humanos e da Cidadania, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e outros atores necessários à implementação do Planejamento Regional Intersetorial de Educação do Marajó.



3. O Ministério da Educação, por meio da SASE, apoiará os municípios marajoaras na elaboração dos seus Planos Municipais de Educação.
4. A Secretaria de Estado da Educação (Seduc-PA) promoverá a articulação das Secretarias de Estado da Saúde Pública (SESPA), de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH), Regional de Governo do Marajó e outros atores necessários à implementação do Planejamento Regional Intersectorial de Educação do Marajó.
5. A Associação dos Municípios do Marajó (AMAM) e a Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém/Cuiabá e Região Oeste do Pará (AMUT) se comprometem, em articulação com todos os prefeitos e prefeitas, a implementar as estratégias intersectoriais apresentadas no Planejamento Regional Intersectorial de Educação.
6. A Fundação Visconde de Cabo Frio e o Instituto Mondó apoiarão os municípios marajoaras na elaboração e revisão de seus Planos Municipais pela Primeira Infância.
7. A Fundação Visconde de Cabo Frio e o Instituto Mondó apoiarão o desenvolvimento das estratégias para a implementação dos Planos Municipais pela Primeira Infância nos municípios marajoaras.
8. A Fundação Visconde de Cabo Frio e o Instituto Mondó promoverão, com o apoio do Gaepe Arquipélago do Marajó, a articulação com as Secretarias de Estado da Educação, de Saúde Pública, de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), de Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEIRDH) e outros atores necessários à governança para implementação dos Planos Municipais pela Primeira Infância.
9. O FNDE continuará prestando assistência técnica na região do Arquipélago do Marajó, com foco na adesão aos programas federais, bem como, por meio do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do Norte (Cecampe Norte) à regularização dos conselhos escolares e apoio na solução de pendências relativas à prestação de contas dos demais programas federais.
10. Envidar esforços para que o governo federal reconheça o custo amazônico marajoara na elaboração e implementação das políticas públicas educacionais, considerando as especificidades geográficas e socioeconômicas da região, especialmente no que se refere ao transporte e à alimentação escolar .
11. Dar continuidade à articulação para o processo de inclusão das populações ribeirinhas como uma localização diferenciada no Censo Escolar.
12. A Habitat para a Humanidade Brasil continuará contribuindo com a implementação de tecnologias sociais de acesso ao saneamento básico nas escolas do Arquipélago do Marajó.
13. O Ministério da Educação continuará atuando junto à ANATEL para que o Arquipélago do Marajó seja priorizado na destinação dos recursos para o incremento da conectividade das escolas previstas no edital de implementação do 5G.



III FÓRUM GAEPE
ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ
**Colaboração intersetorial pela
educação marajoara**

Realização



Articule



14. O Ministério da Educação continuará, em diálogo com os municípios marajoaras, envidando esforços para a ampliação e melhoria da cobertura da internet nas escolas da região, tanto pela EACE (5G) quanto pelo Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC).
15. O Ministério de Minas e Energia continuará, em diálogo com os municípios marajoaras e com a concessionária Equatorial Energia Pará, envidando esforços para intensificar a implementação da cobertura de energia elétrica nas escolas da região, buscando antecipar o cumprimento do cronograma do Programa Luz para Todos.
16. O Ministério de Minas e Energia envidará esforços para incluir, no cronograma de atendimento do Programa Luz para Todos, ações para levar energia elétrica aos postos comunitários de abastecimento de escolas, bem como às instalações de distribuição de água potável.
17. A Universidade Federal do Pará (UFPA) compromete-se a fomentar a valorização dos professores, a partir de arranjo de parceria com o Ministério da Educação e outras instituições de ensino, para a oferta de formação continuada de professores dos municípios do Arquipélago do Marajó.
18. Os municípios se mobilizarão para alcançar as metas do Selo UNICEF estabelecidas para o ciclo 2025–2028, estabelecendo rotinas trimestrais de monitoramento das atividades sob a liderança do(a) prefeito(a).
19. Os municípios comprometem-se a realizar as atividades propostas pelo Selo UNICEF, especialmente “Curso de Formação” e “Semana D pela Educação”, no período definido para a próxima edição 2025–2028, bem como dar continuidade à política de busca ativa escolar permanentemente.
20. O Ministério da Educação apoiará ações de formação no âmbito do Programa Escola e Comunidade (PROEC) e manterá os municípios do Marajó como prioritários em 2026.
21. O Ministério da Educação priorizará os municípios do Marajó no âmbito do Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretárias de Educação (PRODITEC) – Mentoria de Diretores Escolares.
22. O Ministério da Educação disponibilizará no âmbito do Programa de Formação Continuada para Diretores e Técnicos das Secretárias de Educação (PRODITEC) – Coordenadores Pedagógicos, no mínimo uma vaga por município do Marajó na próxima oferta do programa, mediante indicação das redes municipais no SIMEC PAR/4 no período estabelecido pelo programa.
23. A Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA) compromete-se a ampliar as capacitações das redes de serviços dos municípios do Arquipélago do Marajó, no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE).